

Diploma Legal	Sumário
Portaria n.º 74/2019	Estabelece os procedimentos para o reconhecimento como pequeno produtor dedicado de biocombustível (PPD) e atribuição da quantidade de biocombustível beneficiária de isenção de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e respetivo valor, em concretização do n.º 4 do artigo 90.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC), na sua redação atual.
Decreto-Lei n.º 152-C/2017	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2015/1513, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, que altera a Diretiva 98/70/CE relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores <i>diesel</i> e a Diretiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, e procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de maio (que estabelece as normas referentes às especificações técnicas aplicáveis ao propano, butano, GPL auto, gasolinas, petróleos, gasóleos rodoviários, gasóleo colorido e marcado, gasóleo de aquecimento e fuelóleos), à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro (que estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020), e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de dezembro (que define as metas nacionais de energia renovável no consumo de energia final).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2017	Aprova o Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias.
Decreto-Lei n.º 69/2016	Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro.
Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/2013	Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020.
Decreto-Lei n.º 39/2013	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de dezembro, que estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final e transpõe a Diretiva 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.

Diploma Legal	Sumário
Portaria n.º 8/2012	Aprova o regulamento de funcionamento da Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade (ECS).
Decreto-Lei n.º 6/2012	Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, que estabelece os critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres, e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis.
Decreto-Lei n.º 142/2010	Transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de maio, alterando as normas de especificação técnica para a composição da gasolina e do gasóleo rodoviário.
Decreto-Lei n.º 141/2010	Define as metas nacionais de energia renovável no consumo de energia final e transpõe parcialmente a Diretiva 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.
Decreto-Lei n.º 117/2010	Estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020. O presente decreto-lei estabelece ainda o mecanismo de apoio aos biocombustíveis a vigorar até 2020.
Despacho n.º 22061/2008	Define o modelo da inscrição a afixar obrigatoriamente nos equipamentos dos postos de abastecimento que disponibilizem misturas ricas de biocombustíveis com combustíveis fósseis.
Decreto-Lei n.º 89/2008	Estabelece as normas referentes às especificações técnicas aplicáveis aos combustíveis, estabelecendo regras para o controlo de qualidade dos combustíveis rodoviários e as condições para a comercialização de misturas de biocombustíveis com gasolina e gasóleo em concentrações superiores a 5 % em volume.